

## Ministério das Cidades

SECRETARIA EXECUTIVA  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

## PORTARIA Nº 95, DE 3 DE JULHO DE 2014

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO - DENATRAN, no uso das atribuições legais, e, considerando o disposto na Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do Conselho Nacional de Trânsito - CONTRAN, e na Portaria nº 27, de 24 de maio de 2007, do Departamento Nacional de Trânsito - DENATRAN, bem como o que consta do Processo Administrativo nº 80000.000114/2014-01, resolve:

Art. 1º Conceder, por um ano, a partir da data de publicação desta Portaria, nos termos do §2º do art. 4º da Resolução nº 232, de 30 de março de 2007, do CONTRAN, licença de funcionamento à pessoa jurídica INSTITUTO DE INSPEÇÃO VEICULAR - INSTEL, CNPJ nº 19.255.171/0001-90, situada no Município de Três Lagoas - MS, na Av. Ranulpho Marques Leal, nº 217, Jardim Alvorada, CEP 79.610-100, para atuar como Entidade Técnica Pública ou Paraestatal - ETP.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MORVAM COTRIM DUARTE

## Ministério das Comunicações

AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES  
CONSELHO DIRETOR

## ATO Nº 6.210, DE 1º DE JULHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 22 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 35 do Regulamento da Agência, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO que compete à Agência controlar, acompanhar e proceder à revisão de tarifas dos serviços prestados no regime público, podendo fixá-las, bem como homologar reajustes, em conformidade com o inciso VII do art. 19 da Lei nº 9.472, de 1997;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 4.733, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações e dá outras providências;

CONSIDERANDO o disposto na Cláusula 25.2 do Contrato de Concessão do Serviço Telefônico Fixo Comutado modalidade Local;

CONSIDERANDO o disposto no Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC, aprovado pela Resolução nº 588, de 7 de maio de 2012;

CONSIDERANDO o disposto na Norma para fixação dos valores máximos das tarifas de uso de Rede Fixa do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), dos Valores de Referência de uso de Rede Móvel do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), com base em Modelos de Custos, aprovada pela Resolução nº 639, de 1º de julho de 2014;

CONSIDERANDO os modelos de custos desenvolvidos dentro do projeto de Modelo de Custos para os serviços de telecomunicações no Brasil, conforme consta do contrato PROC-AB-CTR-88-11-BDT, firmado entre a Anatel, União Internacional de Telecomunicações (UIT) e Advisia and Associates, constante do Processo nº 53500.003843/2009;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo nº 53500.016296/2013;

CONSIDERANDO deliberação tomada em sua Reunião nº 746, realizada em 18 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Fixar, na forma do Anexo I a este Ato, os valores tarifários máximos das Tarifas de Uso de Rede Local - TU-RL das Concessionárias do STFC - OI, TELEMAR, TELEFÔNICA, SERCOMTEL e CTBC, líquidos de impostos e contribuições sociais, tendo como base os resultados dos modelos de custos, para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Art. 2º Fixar, na forma do Anexo II a este Ato, os valores tarifários máximos da Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 1 - TU-RIU1 das Concessionárias de STFC - OI, TELEMAR, TELEFÔNICA, SERCOMTEL, CTBC e EMBRATEL, líquidos de impostos e contribuições sociais, tendo como base os resultados dos modelos de custos, para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Art. 3º Fixar, na forma do Anexo III a este Ato, os valores tarifários máximos da Tarifa de Uso de Rede Interurbana Nível 2 - TU-RIU2 das Concessionárias de STFC - OI, TELEMAR, TELEFÔNICA, SERCOMTEL, CTBC e EMBRATEL, líquidos de impostos e contribuições sociais, tendo como base os resultados dos modelos de custos, para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Art. 4º Este Ato entra em vigor a partir de 24 de fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho

## ANEXO I

VALORES MÁXIMOS DA TARIFA DE USO DE REDE DO STFC  
MODALIDADE DE SERVIÇO LOCAL  
(Valor do Minuto em R\$, Líquidos de Impostos e Contribuições Sociais)

## 1. TELEMAR NORTE LESTE S/A

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RL	TU-RL	TU-RL	TU-RL
SETOR 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17	0,01146	0,00906	0,00717	0,00568

## 2. BRASIL TELECOM S/A

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RL	TU-RL	TU-RL	TU-RL
SETOR 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28 e 29	0,01146	0,00885	0,00683	0,00528

## 3. TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RL	TU-RL	TU-RL	TU-RL
SETOR 31	0,01139	0,00574	0,00289	0,00146

## 4. CIA TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RL	TU-RL	TU-RL	TU-RL
SETORES 3, 22, 25 e 33	0,01144	0,00843	0,00622	0,00459

## 5. SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RL	TU-RL	TU-RL	TU-RL
SETOR 20	0,01146	0,00885	0,00683	0,00528

## ANEXO II

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DA TU-RIU1  
MODALIDADE DE SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL  
(Valor do Minuto em R\$, Líquidos de Impostos e Contribuições Sociais)

## 1. TELEMAR NORTE LESTE S/A

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1
SETOR 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17	0,06124	0,02890	0,01364	0,00644

## 2. BRASIL TELECOM S/A

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1
SETOR 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28 e 29	0,04946	0,02713	0,01488	0,00817

## 3. TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1
SETOR 31	0,05339	0,02191	0,00899	0,00369

## 4. CIA TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1
SETORES 3, 22, 25 e 33	0,05862	0,02717	0,01259	0,00584

## 5. SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1
SETOR 20	0,04946	0,02713	0,01488	0,00817

## 6. EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S. A.

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU1
REGIÃO I DO PGO	0,06124	0,02890	0,01364	0,00644
REGIÃO II DO PGO	0,04946	0,02713	0,01488	0,00817
REGIÃO III DO PGO	0,05339	0,02191	0,00899	0,00369

## ANEXO III

VALORES TARIFÁRIOS MÁXIMOS DA TU-RIU2  
MODALIDADE DE SERVIÇO DE LONGA DISTÂNCIA NACIONAL  
(Valor do Minuto em R\$, Líquidos de Impostos e Contribuições Sociais)

## 1. TELEMAR NORTE LESTE S/A

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU2	TU-RIU2	TU-RIU2	TU-RIU2
SETOR 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17	0,06621	0,02826	0,01206	0,00515

## 2. BRASIL TELECOM S/A

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU2	TU-RIU2	TU-RIU2	TU-RIU2
SETOR 18, 19, 21, 23, 24, 26, 27, 28 e 29	0,05524	0,02766	0,01385	0,00694

## 3. TELECOMUNICAÇÕES DE SÃO PAULO S/A

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU2	TU-RIU2	TU-RIU2	TU-RIU2
SETOR 31	0,06129	0,02348	0,00900	0,00345

## 4. CIA TELECOMUNICAÇÕES DO BRASIL CENTRAL

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU2	TU-RIU2	TU-RIU2	TU-RIU2
SETORES 3, 22, 25 e 33	0,06437	0,02713	0,01143	0,00482

## 5. SERCOMTEL S/A TELECOMUNICAÇÕES

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU2	TU-RIU2	TU-RIU2	TU-RIU2
SETOR 20	0,05524	0,02766	0,01385	0,00694

## 6. EMPRESA BRASILEIRA DE TELECOMUNICACOES S/A

	2016	2017	2018	2019
ÁREA DE CONCESSÃO	TU-RIU1	TU-RIU1	TU-RIU2	TU-RIU1
REGIÃO I DO PGO	0,06621	0,02826	0,01206	0,00515
REGIÃO II DO PGO	0,05524	0,02766	0,01385	0,00694
REGIÃO III DO PGO	0,06129	0,02348	0,00900	0,00345

## ATO Nº 6.211, DE 1º DE JULHO DE 2014

O CONSELHO DIRETOR DA AGÊNCIA NACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES, no uso das atribuições que foram conferidas à Agência pelo art. 19 da Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, e pelo art. 16 do Regulamento da Agência Nacional de Telecomunicações, aprovado pelo Decreto nº 2.338, de 7 de outubro de 1997,

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 4.733, de 10 de junho de 2003, que dispõe sobre políticas públicas de telecomunicações e dá outras providências;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução nº 438, de 10 de julho de 2006, que aprova o Regulamento de Remuneração pelo Uso de Redes de Prestadoras do Serviço Móvel Pessoal - SMP;

CONSIDERANDO as disposições contidas na Resolução nº 600, de 8 de novembro de 2012, que aprova o Plano Geral de Metas de Competição (PGMC), notadamente quanto à orientação dos preços aos custos de oferta dos produtos de atacado;

CONSIDERANDO o disposto na Norma para fixação dos valores máximos das tarifas de uso de Rede Fixa do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), dos Valores de Referência de uso de Rede Móvel do Serviço Móvel Pessoal (SMP) e de Exploração Industrial de Linha Dedicada (EILD), com base em Modelos de Custos, aprovada pela Resolução nº 639, de 1º de julho de 2014;

CONSIDERANDO os modelos de custos desenvolvidos dentro do projeto de Modelo de Custos para os serviços de telecomunicações no Brasil, conforme consta do contrato PROC-AB-CTR-88-11-BDT, firmado entre a Anatel, União Internacional de Telecomunicações (UIT) e Advisia and Associates, constante do Processo nº 53500.003843/2009;

CONSIDERANDO o que consta dos autos do Processo nº 53500.016296/2013;

CONSIDERANDO decisão tomada em sua Reunião nº 746, realizada em 18 de junho de 2014, resolve:

Art. 1º Estabelecer, na forma do Anexo I a este Ato, os Valores de Referência de VU-M (RVU-M) de Prestadora pertencente a Grupo com PMS no Mercado de Oferta de Interconexão em Redes Móveis, na Região I do Plano Geral de Autorizações do SMP (PGA-SMP), líquidos de contribuições sociais, tendo como base os resultados dos modelos de custos, para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Art. 2º Estabelecer, na forma do Anexo II a este Ato, os Valores de Referência de VU-M (RVU-M) de Prestadora pertencente a Grupo com PMS no Mercado de Oferta de Interconexão em Redes Móveis, na Região II do Plano Geral de Autorizações do SMP (PGA-SMP), líquidos de contribuições sociais, tendo como base os resultados dos modelos de custos, para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Art. 3º Estabelecer, na forma do Anexo III a este Ato, os Valores de Referência de VU-M (RVU-M) de Prestadora pertencente a Grupo com PMS no Mercado de Oferta de Interconexão em Redes Móveis, na Região III do Plano Geral de Autorizações do SMP (PGA-SMP), líquidos de contribuições sociais, tendo como base os resultados dos modelos de custos, para os anos de 2016, 2017, 2018 e 2019.

Art. 4º Este Ato entra em vigor a partir de 24 de fevereiro de 2016.

JOÃO BATISTA DE REZENDE  
Presidente do Conselho